

Pode o/a subalternizado/a recordar? — uma análise das recordações de Fernanda do Vale

Can the subaltern remember? — an analysis of Fernanda do Vale's memories

CARLA FERNANDES

Universidade Autónoma de Lisboa

c.kassnge@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre memória, arquivos e representações sociais de mulheres negras, em Portugal, tendo como referência a obra *A Preta Fernanda: Recordações d'uma colonial*, uma autobiografia ficcional, que retrata a vida de uma mulher negra a viver em Lisboa, em finais do século XIX, inícios do século XX, recorrendo aos conceitos de “mímica” e “ambivalência” de Homi Bhabha e à leitura das duas dimensões de representações — *Vertretung* e *Darstellung* — feita pela teórica pós-colonial Gayatri Spivak.

Palavras-chave

Representações sociais | mulheres negras | mímica e ambivalência | *Vertretung* e *Darstellung* | memória | arquivos

Abstract

This article proposes a reflection on memory, archives and social representations of black women in Portugal, having as reference to the book *A Preta Fernanda: Recordações d'uma colonial* [Preta (Black) Fernanda: Recollections of a colonial], a fictional autobiography portraying a black woman living in Lisbon, at the end of the nineteenth century, beginnings of the twentieth century, using Homi

Bhabha's concept of mimicry and ambivalence, and the reading of the two dimensions of representations — *Vertretung* and *Darstellung* — conducted by the postcolonial theorist Gayatri Spivak.

Keywords

Social representations | black women | mimicry and ambivalence | *Vertretung* and *Darstellung* | memory | archives

Introdução

Os poucos relatos de grupos subalternizados na primeira pessoa fazem com que os que pelas suas histórias se interessam se entreguem a expedições incansáveis para aceder a qualquer narrativa que os retrate. A ânsia de lançar um olhar sobre aquelas vidas, de provar a existência de continuidades ou de identificar descontinuidades, de jogar por terra “mentiras”, de saber “como foi realmente” é tal, que, muitas vezes, se ignoram aspetos estruturais que inviabilizam todas essas aspirações.

Não se trata de uma descrição de “como as coisas realmente eram”, ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo, como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas (Spivak 2010, 48).

A premissa da impossibilidade de acesso a narrativas passadas de grupos subalternizados, no sentido de “como as coisas realmente eram”, é a base do presente ensaio, inspirado em algumas das ânsias anteriormente referidas e que, depois de várias reflexões, se transformaram numa questão: “Pode o/a subalternizado/a recordar?”

Para iniciar esta discussão sobre como o património histórico, cultural e intelectual de grupos subalternizados disponível se estabeleceu como normativo, vamos analisar a obra *A Preta Fernanda — Recordações d’uma colonial*¹, à luz dos conceitos de “mímica e ambivalência” de Homi Bhabha (1984) e das duas dimensões de representação — *Vertretung* [representação política, no sentido de falar por alguém] e *Darstellung* [representação no sentido de uma re-presentação nas artes] —, na leitura de Gayatri Spivak (2010, 31). Trata-se de uma autobiografia considerada ficcional (Beleza 2014, 217), escrita por dois homens brancos, relatando a vida de uma mulher negra de origem cabo-verdeana, a viver em Lisboa, em finais do século XIX, princípios do século XX. Esta mulher

¹ Doravante também referida como *Recordações* ou *Recordações de d’uma colonial — Memórias da Preta Fernanda*, título original de 1912.

cabo-verdiana deixa a sua ilha, Santiago, pelas mãos de Jerónimo Antunes Martins, um marinheiro português, um amor arrebatador, que acaba por abandoná-la no primeiro porto a que chegam, Dakar. De lá, Fernanda vem para Lisboa com um comerciante alemão, Frederick Kemps (Fritz), com quem ficará pouco tempo, mas o suficiente para ter filhos gémeos. O comerciante revela-se um alcoólico o que faz com que Fernanda o abandone assim como aos filhos. Economicamente instável, a protagonista mantém-se através de variadíssimos trabalhos, desde domésticos passando pelo entretenimento e acabando por destacar-se como uma figura proeminente da vida boémia da cidade de Lisboa, onde morreu em 1927.

No entanto, a sua história foi sendo mediada por pessoas pertencentes a um grupo hegemónico e por isso perguntamos: “Pode o/a subalternizado/a recordar?”

É de sublinhar que a nossa interrogação é uma reformulação da pergunta colocada pela teórica pós-colonial indiana, Gayatri Spivak, no seu ensaio de 1985 “Pode o subalterno falar?”. Igualmente importante é destacar a adoção do termo “subalternizado/a” em vez de “subalterno” na nossa interrogação. Esta opção pareceu-nos adequada uma vez que o termo “subalternizado/a” torna explícito que a posição social do sujeito a quem se refere é resultado de uma ação e/ou de uma série de eventos. Na definição elaborada por Spivak, subalterno é quem pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos da exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (2010, 12). Ou seja, a autora torna evidente que o subalterno passou por um processo que o colocou nessa posição de subalternidade. No entanto, para este ensaio, considerámos relevante o uso efetivo do termo subalternizado/a.²

Na mais recente tradução para o português lançada pela editora Orfeu Negro, em fevereiro de 2021, e assinada por António Sousa Ribeiro, o livro recebe o título *Pode a subalterna tomar a palavra*. Segundo o tradutor, Spivak, considera mais apropriada a expressão “tomar a palavra” (do francês *prendre la parole*), uma vez que, na sua argumentação, não se trata do ato ou da capacidade de falar, mas, sim, da possibilidade de se ser considerado protagonista nesse processo. O género feminino é também adotado (subalterna) pelo facto de Spivak se ter baseado, para sua argumentação neste ensaio, na história de uma jovem indiana de dezassete anos, cujo ato de suicídio foi ressignificado. O sacrifício pessoal da jovem Bhubaneswari Bhaduri foi um gesto de revolta e de resistência. Para evitar que lhe fosse atribuído um significado banal, como uma gravidez indesejada, escolheu um dia em que estava menstruada para se suicidar. O verdadeiro motivo da sua morte prendia-se com o facto de Bhubaneswari pertencer a um grupo independentista que lhe tinha confiado um assassinato político. Por não ter conseguido fazê-lo, e querendo cumprir a missão, suicidou-se. Deixou uma carta à irmã mais

² Para Spivak o termo “subalterno” deve ser lido no sentido que Antonio Gramsci lhe atribuiu ao referir-se ao proletariado, isto é, “aquele cuja voz não é ouvida” (Spivak 2010, 12).

velha explicando tudo. Anos depois da morte de Bhaduri, as suas sobrinhas atribuíram o suicídio da tia a um amor ilícito. Esta leitura era absolutamente contrária ao seu ato revolucionário, que se opunha à ideologia *sati* (ritual hindu em que a viúva se suicida). Esta falha de comunicação causou uma enorme irritação em Spivak, que confessa ter escrito, na primeira versão do texto: “a subalterna não pode falar!”, tendo evoluído para a pergunta, a seu ver, uma formulação mais recomendável (Spivak 2021, 128).

Neste caso, a leitura hegemónica prevaleceu sobre o discurso da subalternizada. Consideramos que este ciclo se repete em diferentes contextos em que as relações de poder são desiguais e procuraremos identificar alguns destes aspetos na leitura da obra *A Preta Fernanda — Memórias d’uma colonial*.

Ao debruçar-nos sobre a obra *Recordações* desenvolveremos a discussão em torno dos conceitos de memória e arquivos como base conceptual, a partir da qual vamos operacionalizar os conceitos de “mímica e ambivalência” e as duas dimensões da representação, *Vertretung* e *Darstellung*.

Memória e arquivo

A questão da relação memória/arquivo é central para este ensaio, pois é essencial entendermos como se forma a memória, que significados assume a nível individual e coletivo e como se preserva.

Se considerarmos que memória é a “faculdade que nos permite formar uma consciência de identidade, tanto a nível individual como coletivo” (Assmann 2008, 109), e que, como sublinhou Maurice Halbwachs (2016), a memória depende da socialização e da comunicação, interessa-nos olhar para os contextos de socialização e os meios de comunicação de grupos subalternizados, para responder à pergunta que nos ocupa: “Pode o/a subalternizado/a recordar?”.

Segundo Assmann (2018, 111), a memória apenas existe em interação com outros seres humanos, mas também com objetos, celebrações, textos, etc., que estabelecem a relação entre a mente que se lembra e o objeto que faz lembrar. O “objeto que faz lembrar” leva-nos ao conceito de arquivo que, no nosso caso, é a obra *A Preta Fernanda: Recordações d’uma colonial*.

Tendo havido uma vasta discussão sobre o conceito de arquivo, aqui é definido como sendo um repositório de memórias, seja em forma de texto, arquitetura, imagens, documentos, objetos, etc. Quando temos acesso a arquivos que se referem a grupos subalternizados, como é o caso da obra em análise, nem sempre temos a consciência de que os arquivos não nos vão dar a descrição de “como as coisas realmente eram”, como coloca Spivak. Nem nos vão apaziguar definitivamente a ânsia de provar continuidades ou de identificar discontinuidades, de trazer a verdade à superfície ou quebrar silêncios. Para Michel Foucault, por exemplo, o arquivo é um “sistema discursivo” que estabelece a possibilidade do que pode ou não ser dito numa determinada sociedade

em determinada altura³. Jacques Derrida, por seu turno, argumenta que a estrutura do arquivo determina o que pode ser arquivado e que a história e a memória são moldadas pelos métodos técnicos do arquivamento. Ou seja, se o arquivo não pode acomodar um tipo particular de informação, este é excluído do registo histórico⁴.

Memória e Arquivo: poder e limites

O filósofo camaronês, Achille Mbembe, discorre sobre como podemos olhar para os arquivos quando tentamos “recriar” eventos passados, no seu artigo “The power of the archive and its limits” (2002). Mbembe alerta para a impossibilidade de os arquivos reterem toda a história da sociedade e esclarece que existe um trabalho de montagem coerente dos eventos, que cria a ilusão de totalidade e continuidade. Assim sendo, os arquivos revelam ser o produto de uma composição do tempo:

Este tempo tem uma dimensão política resultante da alquimia do arquivo: é suposto pertencer a todos. A comunidade temporal, o sentimento de que todos seríamos herdeiros de um tempo sobre o qual poderíamos exercer os direitos de propriedade coletiva: este é o imaginário que o arquivo procura disseminar (Mbembe 2002, 21).

No entanto, apesar de Achille Mbembe reconhecer o poder do arquivo de criar um sentido de propriedade sobre o imaginário que nos oferece, coloca-lhe um limite — a subjetividade individual. O autor faz também uma enumeração dos vários fatores envolvidos nessa experiência subjetiva limitadora do poder dos arquivos: saber a quem pertencem; de que autoridade dependem; o contexto político no qual são visitados; as condições sob as quais são acedidos a distância entre o que se procura e o que se encontra; a maneira como os arquivos são descodificados e como o que é encontrado é apresentado e tornado público (Mbembe 2002, 23).

A questão dos limites do arquivo abre caminho para, na análise da obra *Recordações*, observarmos os fatores implicados na experiência subjetiva que limita o poder dos arquivos, apontados pelo filósofo camaronês. Sugiro, no entanto, agrupá-los em quatro grupos:

- 1) Propriedade e dependência (a quem pertencem os arquivos; de que autoridade dependem);
- 2) Contexto político e condições de acesso (qual o contexto político no qual são visitados; as condições sob as quais são acedidos);

³ Cf. Foucault, Michel. 1972. *The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language*. New York: Pantheon Books.

⁴ Cf. Derrida, Jacques. 1995. *Archive Fever: A Freudian Impression*. Chicago and London: University of Chicago Press.

- 3) Expectativa e leitura (distância entre o que se procura e o que se encontra; a maneira como os arquivos são descodificados);
- 4) Apresentação e exposição (como o que é encontrado é apresentado e tornado público).

Especificidades do arquivo *Recordações*

Iniciaremos a análise da obra *Recordações* à luz dos limites do arquivo, recorrendo aos grupos anteriormente mencionados.

1. Propriedade e dependência

Como referido, a autoria da obra, publicada em 1912 sob o título *Recordações d'uma colonial — Memórias da Preta Fernanda*⁵, é atribuída a A. Totta e F. Machado, que terão consultado Fernanda do Vale, pseudónimo literário de Andresa do Nascimento⁶ (também conhecida como Preta Fernanda). Esta autobiografia ficcional (Beleza 2014; Simões 2018) escrita por dois homens brancos, retratando a vida de uma mulher negra, de origem cabo-verdiana, a viver na cidade de Lisboa, portanto, imigrante, em finais do século XIX, inícios do século XX, podem dar-nos as respostas às questões do primeiro grupo de fatores limitadores do poder do arquivo.

Se colocarmos perguntas simples como: Quem publicava em 1912, em Portugal? Quem dominava o mundo editorial? Quem lia e escrevia? As respostas a estes questionamentos convergem para o facto de este arquivo pertencer a um grupo hegemónico branco e depender desse mesmo grupo. Fernanda do Vale, assim, como a jovem indiana, Bhubaneswari Bhaduri, teria pouco controlo sobre o significado atribuído ao seu livro, às suas memórias, apesar de poder estar implicada no processo de criação ou de ser a fonte de inspiração para a obra. A obra não poderia ser propriedade sua e a sua interpretação, colocação no mercado, circulação, não dependeriam daquela mulher negra, a viver em Lisboa em inícios do século XX. O silenciamento, a reinterpretação do seu ato de afirmação como sujeito ao decidir escrever as suas memórias está implícito nas condições que o possibilitaram. A muitos que viriam a ler o seu livro passaria ao lado a habilidade e o carácter revolucionário que representava ser mulher negra, imigrante e conseguir impor-se no mundo cultural da capital portuguesa, naquela época e de forma independente. Mas o discurso dominante impede essa leitura da sua vivência, porque a narrativa mestre (*master narrative*)⁷ sobre mulheres, sobre negros e negras, sobre imigrantes não implica agenciamento.

⁵ A publicação a que tivemos acesso é de 1994 e trata-se de uma reedição da editora Teorema, que apresenta como autora Fernanda do Vale e não A. Totta e F. Machado.

⁶ Também Andressa (Andresa) de Pina, nome de nascimento de Fernanda do Vale.

⁷ Toni Morrison descreve: A narrativa mestre é qualquer tipo de guião ideológico que esteja a ser imposto pelas pessoas em posição de autoridade a todos os outros. *Feminist Teacher*. 2010. Exposing the “Master Narrative”: Teaching Toni Morrison’s *The Bluest Eye*. <https://feministteacher.com/2010/04/13/exposing-the-master-narrative-teaching-toni-morrison-the-bluest-eye/>

2. Contexto político e condições de acesso

Relativamente ao segundo grupo dos limites dos arquivos, consideraremos apenas o contexto político e as possíveis condições de acesso da época. Analisando o discurso sobre a mulher negra em *Recordações*, verificamos que vai de encontro ao ambiente político que se vivia em Portugal nos finais do século XIX. Nesse período, houve um forte investimento na criação de representações dos territórios colonizados e dos seus povos, com o intuito de fortalecer o discurso colonial que os construiu como os “Outros”. Na segunda metade do século XIX, a consolidação da ocupação portuguesa em territórios africanos era um projeto bastante robusto em que o mapa cor-de-rosa previa unir o território de Angola a Moçambique, sob soberania portuguesa. O Ultimato britânico, de 1890, ia contra essa decisão ratificada internacionalmente pela Conferência de Berlim, em 1884-85. Os ingleses queriam construir um caminho de ferro entre a África do Sul e o Egito e os portugueses deveriam desocupar aqueles territórios ou haveria uma guerra. A coroa portuguesa teve de retirar-se, o que foi vivido com grande humilhação. (Alexandre 2000).

Neste contexto político de revolução industrial e investida em territórios africanos, numa disputa com outros poderes colonizadores europeus, a colonização dos imaginários era também um objetivo. E foi tendo este contexto como cenário de fundo que as representações sociais das mulheres negras e de pessoas de territórios colonizados foram recuperadas e inseridas na obra *Recordações*.

Andresa também representa o “império” quando expressa o seu “ásco pelos ingleses [que] datava da idade em que comecei a compreender o que era o mundo” (Vale 1994, 60)⁸. No capítulo IV, a protagonista chega mesmo a refletir a exaltação patriótica, que se viveu em Portugal após o Ultimato britânico de 1890, que exigia a retirada militar de Portugal de territórios entre Angola e Moçambique, sob a ameaça do comprometimento das relações entre os países:

O ano seguinte, de 1890, apresentava-se d’uma fôrma trágica para o meu coração de patriota ardente.

A minha sincera fé colonizadora ia toda, em espírito, para esse Serpa Pinto, que não abandonava com duas rasões a sua ação na região do lago Nyassa e afirmava d’uma forma perentória e decisiva que a minha forte raça lusitana não era coisa com que, impunemente, se fisessem malabáres diplomáticos e absorventes (Vale 1994, 59).

Até mesmo a história que trouxe Andresa a Lisboa parece refletir as tensões que Portugal vivia com outras potências europeias na disputa por territórios em África. Neste caso, Andresa do Nascimento estaria na posição de “território” a conquistar, o que segundo os seus relatos aconteceu, tendo sido o seu primeiro amor europeu um

⁸ A grafia original é mantida em todas as citações retiradas do livro *Recordações*.

português, que a deixou num porto em Dakar, por ter ciúmes de um amigo alemão. Este triângulo amoroso parece refletir o mote da gravura de Rafael Robalo Pinheiro, intitulada “Portugal e as Colónias” em que “as Meninas (...) representam as colónias portuguesas, recusando o velho e trôpego Portugal, e fazendo a corte (...) aos colonialistas europeus, mais jovens e mais dinâmicos” (Henriques 2019, 49).

Esta imagem da africana oportunista e lasciva, passada também através da autobiografia de Fernanda do Vale, vai de encontro ao que Serge Moscovici classificou como “objetificação” no processo de construção de representações sociais. Para Moscovici, este processo é uma simplificação concreta e seletiva de um objeto que acaba por substituir a realidade do mesmo e, penetrando o corpo social através da comunicação, torna-se óbvia para o grupo que a criou (Rateau, Moliner, Guimelli & Abric 2011, 483). Prova deste fenómeno é o facto de, ainda hoje, muitas das representações depreciativas de mulheres negras e de pessoas de territórios ocupados nas sendas do colonialismo, presentes em *Recordações*, se mantêm vivas no imaginário nacional. Basta para isso observar os ataques lançados sobre pessoas negras já portuguesas e o tipo de linguagem marcadora da sua “eterna alteridade” como “Vai para a tua terra!” ou a frequente associação à prostituição ou dependência (casamentos visando a obtenção de documentação) de mulheres negras em relações inter-raciais, por exemplo.

Mas como teria sido interpretada esta obra, na altura da sua publicação, por mulheres negras como Virgínia Quaresma, a primeira jornalista repórter portuguesa, feminista, ativista pela igualdade de género? E quem teria acesso a livros, quem sabia ler em Portugal em 1912? Estas questões podem ajudar-nos a refletir sobre que condições de acesso tinham as pessoas que entraram em contacto com a obra na altura.

3. *Expectativa e leitura*

Para além da sua autobiografia existe muito pouca informação sobre Fernanda do Vale, daí a dificuldade de contrastar os factos ali relatados. Dois dados refutados por Fernando Beza (2014, 215), autor de um estudo sobre a obra⁹, são o seu local e a data de nascimento, que aponta como sendo, provavelmente, a Guiné-Bissau, no ano de 1877, por ter tido acesso a documentos da Andresa do Nascimento. Mas na obra, no início do primeiro capítulo, lê-se:

Quem desembarcasse por uma calcinante e abrasadora manhã do mês de maio de 1859, na pitoresca e luxuriante ilha de S. Tiago, uma das que formam o ridente e aprasível arquipélago de Cabo Verde (...) não deixaria, por certo, de ser impressionado, pelos gritos lancinantes (...) e a seguir uns minúsculos vagidos revelavam ao mundo que eu acabava de nascer para trilhar a estrada da dôr e da alegria (Vale 1994, 7-8).

⁹ Estudo de Fernando Beza: *Das Margens do Império: Raça, Género e Sexualidade em Recordações d'uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)*.

Esta escassez de factos verificáveis torna evidente que é preciso colocar uma certa “distância entre o que se procura e o que se encontra” e ser prudente na maneira como se descodificam os arquivos perante tão pouca e contraditória informação.

No entanto, alguns episódios da vida de Fernanda do Vale em Lisboa são referidos em várias publicações e mostram alguma coerência. Isabel Castro Henriques, na sua publicação de 2019, *Mulheres Africanas em Portugal: o discurso das imagens (Séculos XV-XXI)*, faz três menções a Fernanda do Vale. A obra apresenta uma série de imagens de representações de mulheres negras, em Portugal, produzidas entre os séculos XV e XXI, e a protagonista de *Recordações* é das poucas mulheres a ser referida mais do que uma vez. No capítulo “Espaços lúdicos: espetáculos, dança e música”, vemos numa fotografia de Júlio Marques, uma aguarela de Alberto Sousa, que foi a capa do livro *Recordações d’ uma Colonial — Memórias da Preta Fernanda*, com a legenda:

A “Preta Fernanda” em traje de toureira. Festas muito participadas pelos Africanos, as touradas constituíam espaços lúdicos de integração através de formas diferentes de intervenção, que iam do toureio propriamente dito, como no caso de Fernanda do Vale, (..) que toureou em praças de Lisboa, como o Campo de Santana, e de Algés, até a cenas de divertimento nos intervalos das touradas, muito apreciadas pelos espectadores. (Henriques 2019, 41).

Tourear foi uma das atividades de Fernanda do Vale, assim como modelo. Ela terá pousado para a escultura do artista Giovanni Ciniselli que pretende simbolizar o fim da escravatura:

A Abolição da Escravatura, decretada por Sá da Bandeira em 1869, está fixada na estátua do Marquês na Praça D. Luís I em Lisboa, tendo a seus pés uma figura feminina com as grilhetas da escravatura quebradas no tornozelo e com uma criança ao colo, a quem explica a liberdade. (Henriques 2019, 47).

A referência acima, encontra-se no capítulo “Personalidades femininas relevantes na sociedade portuguesa” da mesma obra da historiadora Isabel Castro Henriques, que destaca também a sua participação em festas públicas e privadas lisboetas, intervindo ativamente na vida boémia de Lisboa.

Para além destas três menções a Fernanda do Vale, todo o livro contém uma série de testemunhos da continuidade dos preconceitos relativamente a mulheres negras e a africanos, porque mostra como estas mulheres têm sido retratadas desde o século XV até ao século XXI. É um levantamento que poderia servir de ponto de partida para aprofundar os percursos de vida das mulheres ali mencionadas para além da imagem dos preconceitos em que ali estão inseridas. Interessa perguntar mais sobre figuras como Fernanda do Vale.

4. Apresentação e exposição da obra *Recordações*

O quarto grupo de fatores limitadores do arquivo coloca o foco em “como o que é encontrado é apresentado e tornado público”. Existem vários blogues que dão conta de episódios da vida de Fernanda do Vale com informações retiradas de publicações como as já referidas de Isabel Castro Henriques, mas também complementares. Destacamos também os dois estudos sobre a obra *Recordações* feitos em universidades aos quais tivemos acesso até à data da redação deste ensaio¹⁰.

O primeiro artigo data de 2014 e é da autoria de Fernando Beleza, professor na Universidade de Newcastle no Reino Unido, e intitula-se “Das Margens do Império: raça, género e sexualidade em “Recordações d’uma colonial (memórias da Preta Fernanda)”. Neste artigo o autor propõe “uma leitura das representações nos campos do cultural, do social, do histórico e do político em *Recordações*, que (...) sugerem uma inter-relação entre vários discursos sobre raça, género e sexualidade e o imaginário sócio-político colonial na ficcionalização desta figura [Fernanda] (...)” (Beleza 2014, 217). É um artigo que nos dá referências históricas da vida de Fernanda do Vale que podem ser verificadas através de documentos da época. Um exemplo é o episódio em que Fernanda do Vale é mencionada num artigo do jornal *A Capital* de 1917, por ter sido das poucas pessoas a ficar na sala do Teatro da República até ao final da leitura, feita por Almada Negreiros, do Manifesto futurista da luxúria, de Valentine de Saint-Point. Estes factos, segundo Beleza (2014, 216), reforçam a sua notoriedade como figura pública em Lisboa.

O segundo estudo, publicado em 2018, tem o título “Recordações d’uma colonial: autobiografia credível ou sátira racista?”, e é da autoria de Diana Gomes Simões, na altura aluna do quarto ano do programa de doutoramento no departamento de português da Universidade de Massachusetts Dartmouth, instituição onde, curiosamente, Fernando Beleza também se encontrava quando escreveu seu artigo sobre a mesma obra. No entanto, Simões coloca o foco da sua investigação na linguagem, tendo-a como “um poderoso mecanismo de demarcação social e racial”, considerando ainda que o “discurso e a ideologia colonialistas são projetados na voz de Fernanda cujo corpo representa o território africano a ser dominado e cuja identidade é transitória e flutuante.” (Simões 2018, 97). Simões problematiza também a questão da publicação da narrativa da própria vida, classificando esta prática como um privilégio das classes altas em contraposição com a naturalização do silenciamento das vidas das classes mais baixas, isto é, das pessoas subalternizadas. Um argumento que pode reforçar a impossibilidade de o/a subalternizado/a recordar, se o interpretarmos na mesma linha de pensamento de Spivak. Ambas reconhecem a capacidade dos subalternizados tanto de falar (Spivak) como de recordar (Simões), mas observam a dificuldade de a sua fala ou memória completarem o seu clico natural, por estarem sujeitas a mecanismos de silenciamento e apagamento hegemónicos.

¹⁰ Fernando Beleza faz referência ao estudo de Maria Cristina Neto e de Francisco Santana (2003) intitulado “A Preta Fernanda — verdades e mentiras.”

No caso da obra *Recordações*, o arquivo é apresentado e tornado público em meios tradicionais e alternativos como blogues. Teve uma segunda edição, em 1994, pela editora Teorema que colocou Fernanda do Vale como autora do livro, fazendo apenas menção aos autores da primeira edição numa nota na folha de rosto do livro. Outra alteração foi o próprio título que de *Recordações d'uma colonial — Memórias da Preta Fernanda* passou a *Preta Fernanda: Recordações d'uma colonial*. Esta mudança de perspectiva poderá ser um reflexo da época em que cada edição foi publicada, a de 1912, coloca a ênfase na categoria “colonial”, e a de 1994 no termo “preta”. E esta alteração pode também influenciar significativamente as primeiras abordagens à obra.

Contrafeitos: Mímica e Ambivalência, *Vertretung* e *Darstellung*

Os autores de *Recordações* fizeram, frequentemente, uso de estereótipos raciais e de género ao relatar a história de Fernanda do Vale. Um desses episódios, que nos parece ilustrar o espírito da obra, encontra-se no capítulo II, intitulado “O amor em cena, ou o naufrágio da virgindade — a viagem — Dakar — o casamento — dez meses perdidos!”. Aí, Andresa encontra-se num quarto de hotel, em Dakar, onde o seu companheiro português, Jerónimo Antunes Martins, a deixa a aguardar uma modista. À chegada da modista, a nossa protagonista partilha o seguinte:

Tive um sobressalto de alegria e recebi-a com grande civilidade, introduzindo o dedo furabolos no narís, como tantas vezes vira fazer a meu pae.

Esse gesto pareceu surpreendel-a imensamente e tanto que, em vez do ai-ué que eu esperava, correspondeu oferecendo-me um bocado de tecido branco, a que chamou lenço, e o qual na minha santa ignorancia eu julgava ser a bandeira da pás (Vale 1994, 25).

Depois da prova de roupa feita e já vestida com roupas ocidentais, Andresa continua dizendo: “Eu batia palmas, pasmada, n’um deslumbramento. Ia, finalmente, ser branca. Pelo menos de costas. Isto é, meio branca, portanto, mulata” (Vale 1994, 25).

Aqui temos o retrato de uma mulher negra, sem maneiras, com modos lidos como primitivos e que aspira a ser como uma mulher branca ou quase branca. A obra está repleta de cenas como esta, daí Simões desaconselhar a leitura desta obra como um documento histórico factual, acentuando que “o circuito de comunicação impressa pertence às classes dominantes, servindo as suas ideologias e valores e não a preservação da memória” (2014, 98). Isto é, a autora sugere também a ideia de impossibilidade para o/a subalternizado/a de recordar sem estar à mercê da interferência da reinterpretação de estruturas hegemónicas.

Retomemos, portanto, a interrogação que inspirou esta reflexão — “Pode o/a subalterno/a falar?”. Na verdade, este artigo de Spivak, foi escrito em resposta à conversa “Os intelectuais e o poder” entre os intelectuais franceses Michel Foucault e Gilles Deleuze, que concluíram que os subalternizados não precisavam de ser representados

e que podiam falar por eles próprios, porque o podiam fazer melhor do que ninguém. Com a sua interrogação, Spivak, que posiciona as pessoas subalternizadas “não enquanto classe, no sentido marxista convencional, mas sim pela posição não-hegemónica que ocupam no seio das relações de poder” (Ribeiro 2021, 8), aponta para o dilema que é o subalternizado fazer-se entender, falar, “tomar a palavra” perante culturas que negam, desautorizam, editam e silenciam o seu discurso. O discurso do subalternizado é reinterpretado e, conseqüentemente, silenciado, na medida em que a leitura das suas demandas e os posicionamentos dependem das estruturas dominantes que definem as possibilidades de expressão desses grupos. E é por isso que Spivak coloca em causa a possibilidade de o subalterno ser ouvido sem estruturas que sejam capazes de acolher o seu discurso, como sugerido pelos intelectuais franceses, Foucault e Deleuze, quando colocam ênfase no facto de os grupos subalternizados poderem falar melhor que ninguém sobre a sua realidade — o problema coloca-se na recepção e não na emissão da mensagem. A autora recusa também a ideia de que, através de documentos escritos a partir de uma matriz colonial, se venha a conseguir retirar ou reconhecer o discurso do subalternizado. Pode-se, sim, saber a partir de que lugar ele ou ela fala, mas não se conseguirá ouvir a sua voz.

Tendo em consideração o enquadramento do discurso dos subalternizados colocado por Spivak, no caso de *Recordações*, sabemos que não é a voz de Fernanda do Vale que ouvimos, mas poderíamos tentar saber como viviam ou eram tratadas as pessoas desses grupos naquele período. E, depois, tentar imaginar como seria escrever um livro, enquanto mulher negra, e quem o leria, numa época em que as taxas de analfabetismo em Portugal superavam os 60%. Nunca saberemos qual o grau de literacia de Andreza e se em algum momento discordou de A. Totta e F. Machado na escolha dos episódios da sua vida a colocar no livro. Nunca saberemos se se importava ou não com o que viriam a pensar sobre ela no futuro. Perante dilemas desta natureza, Spivak reconhece que os/as subalternizados/as dificilmente tomam a palavra e, por isso, são frequentemente representados, para o bem e para o mal, por terceiros. Segundo a autora, os intelectuais deveriam, com consciência da cumplicidade “entre o falar por” — *Vertretung* — e o “retratar/descrever algo” — *Darstellung*¹¹ —, assumir a tarefa de elaborar estratégias para tornar o acolhimento da fala dos grupos subalternizados possível (Spivak 1985).

Homi Bhabha, por seu turno, expõe um outro aspeto da problemática do silenciamento dos/as subalternizados/as, que é o facto de, ao mesmo tempo que o discurso colonial impõe ao “Outro” a obrigação de se tornar igual ao colonizador, desautoriza todas as tentativas desse exercício de mímica por parte dos sujeitos colonizados. Bhabha argumenta que o processo de mímica no discurso colonial se constrói em torno da ambivalência; “para que seja eficaz a mímica deve produzir continuamente o seu deslize,

¹¹ Estes dois níveis de representação são descritos em língua alemã e têm origem na teorização das lutas do proletariado feita por Karl Marx.

o seu excesso, a sua diferença” (1984, 126), reforçando que “a mímica surge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de desautorização”. Ou seja, a mímica da língua, dos jeitos, de hábitos do colonizador por parte do colonizado só é aceitável enquanto puder continuar a ser lida pelo poder hegemónico como um produto contrafeito. O/a colonizado/a tem de representar constantemente o colonizador no seu próprio corpo para que este “entenda” o esforço de comunicação (a mímica), não propriamente o que está a ser veiculado, acabando por produzir novamente o silenciamento dos/subalternizados/as nesta ambivalência.

O episódio da modista em *Recordações* reflete precisamente esta ambivalência no discurso de Andresa quando diz: “*Ia, finalmente, ser branca. Pelo menos de costas. Isto é, meio branca, portanto, mulata.*”. Assim que diz que já conseguiu “tornar-se branca”, acaba por retratar-se — “*Pelo menos de costas*” — reposicionando-se — “*meio branca*” — desdizendo-se — “*mulata*”.

Os “excessos” e “deslizes” marcam Andresa como diferente nos seus exercícios de mímica e sublinham, ao mesmo tempo, a sua inadequação à “civilização” e o seu desejo de a ela pertencer. Falando do “truque” que Fritz, o seu marido alemão, usou para que aprendesse as maneiras da civilização:

Dissera-me ele que, á medida que me fosse civilizando, iria esclarecendo-se a minha côr até ficar branca. (...) Foi por esse meio, ainda, que obtive de mim o aprender a vestir-me à europeia; a tingir o cabelo com agua oxigenada e finalmente a aquisição das maneiras corrétas e delicadas, que tanto fazem realçar a minha distinção (Vale 1994, 37).

Neste excerto conseguimos facilmente imaginar a voz dos homens brancos, co-autores da obra, como “representantes” de Andresa, falando, recordando em seu lugar. Mostrando-lhe caminhos impossíveis para continuar a perseguir um ideal por eles criado que a rejeita e que nunca atingirá.

Conclusão

Ao perguntar “Pode o/a subalternizado/a recordar?”, pretendemos problematizar a questão da possibilidade de grupos subalternizados preservarem a sua memória. A análise da obra *Recordações d’uma colonial — Memórias da Preta Fernanda* abre várias possibilidades de discussão em torno do direito à memória, das representações sociais de mulheres negras, em Portugal, e do que nos podem dizer os arquivos. Este arquivo diz-nos, em primeiro lugar, que as memórias de Fernanda do Vale foram manipuladas. Não nos diz até que ponto, mas sugere-nos as motivações para essa manipulação, nomeadamente, a criação de representações sociais de povos dos territórios colonizados que pudessem apoiar a ideologia colonial.

A obra *Preta Fernanda — Recordações de uma colonial* é um exercício que coloca em prática as duas dimensões de representação de que Gayatri Spivak fala, na medida

em que a subalternizada é representada por dois homens brancos, que estão no lugar dela enquanto autores da obra que produz uma imagem de Fernanda do Vale. Nestas condições, será que Andresa/Fernanda pôde recordar? O livro ilustra, igualmente, os desafios das pessoas pertencentes a povos oprimidos, a quem é exigido que se pareçam, comportem, vivam como os seus opressores, mas cujos esforços nesse sentido são constantemente desautorizados. Nestas condições, será que Andresa/Fernanda poderia reclamar a presença de mais de si na sua história? E que identidade seria essa?

Perceber que esta é apenas uma das janelas possíveis para o mundo de Fernanda do Vale e compreender as suas limitações pode apaziguar a ânsia de saber como as coisas eram na verdade, e abrir caminho para analisar os processos históricos e sociais que fazem com que as coisas sejam como são.

Bibliografia

- Assmann, Jan. 2008. "Communicative and Cultural Memory". In *Media and Cultural Memory*, edited by Astrid Erll & Ansgar Nünning, 109-118. Berlin: Walter de Gruyter.
- Bhabha, Homi. 1984. "Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse." *October* 28:125-133. <https://doi.org/10.2307/778467>.
- Beleza, Fernando. 2014. "Das Margens do Império: Raça, Género e Sexualidade em Recordações d'uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)." *Ellipsis. Journal of the American Portuguese Studies Association* 12: 215-241. <https://doi.org/10.21471/jls.v12i0.72>.
- Derrida, Jacques. 1995. *Archive Fever: A Freudian Impression*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Henriques, Isabel C. 2019. *Mulheres Africanas em Portugal: o discurso das imagens (Séculos XV-XXI)*. Lisboa: Secretaria de Estado Para a Cidadania e Igualdade.
- Foucault, Michel. 1972. *The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language*. New York: Pantheon Books.
- Feminist Teacher. 2010. "Exposing the "Master Narrative": Teaching Toni Morrison's The Bluest Eye". <https://feministteacher.com/2010/04/13/exposing-the-master-narrative-teaching-toni-morrison-the-bluest-eye/>
- Hallbwachs, Maurice. 2006. *Memórias coletivas*. São Paulo: Centauro.
- Mbembe, Achille. 2002. "The Power of the Archive and its Limits." In *Refiguring the Archive*, edited by Carolyn Hamilton, Graeme Reid, Jane Taylor, Michèle Pickover, Razia Saleh and Verne Harris, 19-27. Dordrecht: Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-010-0570-8_2.
- Rateau, Patrick, Pascal Moliner, Jean-Claude Abric & Pascal Moliner. 2011. "Social Representation Theory." In *Handbook of Theories of Social Psychology*. Vol.2., edited by Paul A. M. Van Lange, Arie W. Kruglanski, and Edward Tory Higgins. Sage Publications. <http://dx.doi.org/10.4135/9781446249222.n50>.
- Ribeiro, António P. 2018. "Para acabar de vez com a lusofonia." *Lusotopie* 17(2): 220-226. <https://doi.org/10.1163/17683084-12341728>.
- Simões, Diana. 2018. "Recordações d'uma colonial: autobiografia credível ou sátira racista?." *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade* 4: 97-110. <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/9581>.
- Spivak, Gayatri. 2010. *Pode o Subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- . 2021. *Pode a subalterna tomar a palavra?* Lisboa: Orfeu Negro.
- Vale, Fernanda. 1994. *A Preta Fernanda: Recordações d'uma colonial*. Lisboa: Teorema.

Nota biográfica

Carla Fernandes é angolana, licenciou-se em Tradução das línguas inglesa e alemã (Faculdade de Letras — Universidade de Lisboa) e tem um mestrado em Comunicação Cultura e Tecnologias da Informação. Viveu e trabalhou na Alemanha (2008-2013) tendo integrado a equipa editorial de português para a África da Rádio Deutsche Welle. Produziu reportagens e radionovelas educativas em Moçambique. Criadora do podcast “Rádio Afrolis” (2014) dedicado a comunidades afrodescendentes, em Lisboa, e é presidente de uma associação (Afrolis) com o mesmo objetivo. Co-autora e organizadora da coletânea de poesia “Djidiu a Herança do Ouvido”. Atualmente frequenta o programa de doutoramento Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa da Universidade Autónoma de Lisboa.

ORCID iD

[0000-0003-1585-0211](https://orcid.org/0000-0003-1585-0211)

Morada institucional

Universidade Autónoma de Lisboa
Palácio Dos Condes Do Redondo, R. de Santa
Marta 56, 1169-023 Lisboa.

Recebido Received: 2021-03-10

Aceite Accepted: 2021-04-10

DOI <https://doi.org/10.34619/iatw-jurw>